

A RELAÇÃO ECLESIALIDADE E MISERICÓRDIA NA SEGUNDA FORMA CELEBRATIVA DA PENITÊNCIA: MISSÃO DA COMUNIDADE PAROQUIAL

*Márcio Andrade da Silva**

Resumo

Na missão da Igreja, como continuadora da obra salvífica de Cristo, está a reconciliação sacramental misericordiosa, que, ressaltando o mistério pascal como ponto máximo da revelação e atuação da misericórdia divina, expressa toda a sua eclesialidade quando vivenciada e celebrada com a comunidade eclesial. Essa forma celebrativa ressalta a importância e o papel da comunidade cristã na reconciliação dos cristãos e a sua responsabilidade de proporcionar-lhes a experiência da relação entre a eclesialidade e a misericórdia na segunda forma deste sacramento.

Palavras-chave: missão; Igreja; misericórdia divina.

Abstract

In the mission of the Church, as continuing the salvation work of Christ, it is the merciful sacramental reconciliation, that, emphasizing the paschal mystery as maximum point of the revelation and performance of the divine mercy, expresses all its ecclesiality when lived deeply and celebrated with the ecclesial community. Such a celebration emphasizes the importance and the role of the Christian community in the reconciliation of the Christians and its responsibility to provide to them experience of the relation between the ecclesiality and the mercy in the second form of this sacrament.

Key words: mission; Church; divine mercy.

* Mestre em Teologia pela PUCRS e aluno de Especialização em Liturgia – SP.

Para compreendermos bem a riqueza da segunda forma celebrativa da reconciliação, julgamos fundamental aprofundar a relação existente entre a eclesialidade e a misericórdia nesse modo apresentado pelo ritual da penitência. Como Cristo, a partir do seu mistério pascal, tornou-se o único sacramento da reconciliação da humanidade com o Pai e das pessoas entre si, entendemos que a Igreja, fundada por ele, é continuadora dessa missão. Ela é, como sinal e instrumento visível do Cristo invisível no meio dos homens, sacramento da reconciliação, como nos diz o documento da CNBB sobre a pastoral da penitência:

Na comunidade eclesial Jesus Cristo, no Espírito, continua a sua missão reconciliadora e libertadora. Por isso o grande desafio da Igreja é crescer na comunhão com Cristo, por meio da conversão, renovação e purificação, a fim de espelhar, sempre com mais fidelidade, a santidade do Esposo e denunciar ao homem a presença do pecado nas estruturas do mundo que se afasta do seu Deus ¹.

A Igreja, como sinal de Cristo, é continuadora da sua obra e está a serviço da reconciliação e da salvação do gênero humano. Assim, dentro dessa realidade salvífica deve situar-se a celebração da penitência, pois os batizados, “no sacramento da penitência, sempre encontram a graça do perdão e a reintegração na comunidade eclesial pela mediação visível da Igreja”². A participação na celebração eucarística, como comunidade eclesial reunida, em que o “Corpo é dado e o Sangue é derramado para a

¹ Cf. CNBB, *Pastoral da Penitência*. São Paulo: Paulinas, 1981 (Documento 6), p. 23-24.

² Cf. *Idem*, p. 28.

remissão dos pecados de todos e assim reconciliar o mundo com o Pai”³, deve nos impulsionar a celebrarmos juntos o perdão, isto é, se nos reunimos para a eucaristia, devemos nos reunir para a reconciliação sacramental, para celebrarmos a misericórdia divina.

O Antigo Testamento nos insere num conceito de misericórdia como a prova do amor de Deus em atitudes verdadeiras a favor de Israel; é ação amorosa de Deus que não se restringe apenas a desejar o bem, mas realiza-se no fazer o bem, seja para o povo, seja para o ser humano como indivíduo. É uma relação entre o querer e o agir divino, pois do seu amor surge a disponibilidade para perdoar. Da experiência de relacionamento com Deus, vivida por Israel, compreende-se que a misericórdia nasce do amor de Deus pelo seu povo. Deus sente-se responsável por Israel, não o abandonando, mesmo que ele não corresponda fielmente à aliança, pois o seu amor ultrapassa os limites impostos pelo pecado. O amor, por sua natureza, exclui o ódio e o desejo do mal em relação àquele a quem alguma vez se deu a si mesmo como dom (cf. *Sb* 11,24)⁴.

Jesus Cristo, a partir da parábola do pai misericordioso (cf. *Lc* 15, 11-32), nos revela a essência da misericórdia divina em sua pregação⁵. Ele quer revelar a condição humana, na qual todos são pecadores, afastados do Pai e infiéis à sua aliança, mas ressalta o amor misericordioso de Deus para com a humanidade.

³ Cf. *Ibidem*, p. 28.

⁴ Continua dizendo João Paulo II: “Estas palavras indicam o fundamento profundo da conexão entre justiça e a misericórdia em Deus, nas suas relações com o homem e com o mundo” (*DM* 4).

⁵ Segundo J. Kodell, “além de ser um clássico de intuição espiritual, é uma jóia literária. Com ela, Jesus ilustra a importante aceitação viável no Reino de Deus” (KODELL, J., in: BERGANT, D.; KARRIS, R. (Orgs.). *Comentário Bíblico*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1999, p. 95. João Paulo II afirma que o tema da misericórdia divina aparece talvez com maior evidência nessa parábola, mesmo que no texto original não use a expressão misericórdia (cf. *DM* 5).

J. Ramos-Regidor aponta a finalidade dessa parábola: “Ensinar que o verdadeiro Deus é Pai misericordioso que procura os pecadores para lhes oferecer perdão e a salvação, sem conivência com o pecado, antes exigindo verdadeiro arrependimento e radical conversão”⁶. Pode-se concluir que o desejo de Jesus é enfatizar o verdadeiro Deus como Pai misericordioso que procura os pecadores com a oferta do perdão e da salvação, sem concordar com o pecado, mas exigindo um arrependimento sincero e uma conversão verdadeira. Isso faz compreender, segundo J. Kodell, que o valor do ser humano para Deus não tem medidas e que o ponto fundamental do texto é a prodigalidade do pai no amor aos dois filhos⁷.

Na parábola aparece, com clareza, a relação da justiça com o amor, que se manifesta como misericórdia, pois o amor se transforma em misericórdia, quando é preciso ir além da justiça. Ela contribui para uma compreensão do mistério da misericórdia numa relação dramática entre o amor paterno e o pecado do filho⁸. Atrás da sua decisão de retornar para a casa do pai e ser um empregado, demonstra que, no cerne de sua consciência, surge o sentido da dignidade perdida. Enfim, podemos concluir que o amor misericordioso constitui o conteúdo básico do anúncio messiânico de Jesus Cristo e a força da sua missão⁹.

O mistério pascal é o ponto máximo da revelação e atuação da misericórdia desencadeando a justificação e o restabelecimento da justiça como realização do desígnio salvífico de Deus

⁶ Cf. RAMOS-REGIDOR, J. *Teologia do Sacramento da Penitência*. 1.ed. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 127.

⁷ Para J. Kodell, nessa parábola não há nenhum sentido de recriminação ou plano de fazer com que o jovem mostre-se merecedor de castigo (cf. KODELL, J., in: BERGANT, D.; KARRIS, R. [Orgs.], p. 96).

⁸ Na parábola do Pai misericordioso não aparecem os termos “justiça” e “misericórdia” (DM 5).

⁹ Cf. KLOPPENBURG, B. *Abba: Papai: Deus Padre Eterno*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 154-155.

para com a humanidade, pois a cruz emerge do próprio núcleo do amor de Deus¹⁰. Deus, com seu amor, faz o ser humano participar da sua vida, dando-se a si próprio pela salvação da humanidade (cf. *DM* 7). O mistério pascal mostra-se como o momento mais alto da revelação do imperscrutável mistério de Deus. Com sua ressurreição, Cristo demonstrou o Deus do amor misericordioso, na aceitação da cruz como caminho para a ressurreição, experimentando, assim, radicalmente, a misericórdia, entendida como amor do Pai, que é mais forte do que a morte. Diante dessa revelação do Pai e da efusão do Espírito Santo, se explica o sentido da cruz e da morte de Cristo¹¹. Portanto, Cristo pascal é a encarnação definitiva da misericórdia, como sinal vivo, histórico-salvífico e, ao mesmo tempo, escatológico, que não retrocede em seu amor (cf. *DM* 8).

Os cristãos são chamados a viver em Igreja o mistério de uma vida reconciliada com Deus, no meio do mundo, não estando imunes à fragilidade e às conseqüências do pecado¹². Daí entendemos que a realidade existencial dos cristãos – viver em Igreja – necessariamente deve levá-los a celebrar em Igreja. É a unidade entre a vida de fé e a celebração dessa mesma fé em todas as circunstâncias da vida da comunidade, inclusive a penitência e a experiência da misericórdia divina pelo perdão sacramental. Nas relações humanas, os cristãos experimentam o pecado e a misericórdia divina nesta peregrinação para a vida eterna.

¹⁰ O sofrimento de Cristo está em consonância com toda a humanidade, inclusive com aqueles que não demonstram fé, pois o sofrer expressa uma solidariedade com todo o homem que sofre. Porém, o que se chama de dimensão divina do mistério pascal situa-se numa profundidade maior que a solidariedade, pois leva à salvação da humanidade (cf. *DM* 7).

¹¹ Deus revela-se como redentor da humanidade e fiel à aliança: “O Deus da criação revela-se como Deus da redenção, como Deus ‘fiel a si próprio’, fiel ao seu amor para com o homem e para com o mundo, que já se revelara no dia da criação” (*RH* 9).

¹² Cf. CNBB, *Pastoral da Penitência*. São Paulo: Paulinas, 1981 (Documento 6), p. 26.

Deus toma a iniciativa e oferece a misericórdia, porém essa experiência misericordiosa deve ser partilhada com o próximo. Isto nos mostra que, mesmo os cristãos, em muitas situações, colaboram entre si para pecar, e, provando do pecado, devem conhecer a misericórdia divina também em comunidade, reunindo-se para pedir perdão (cf. *IGRP* 5).

Assim, transparece mais a eclesialidade do sacramento, e a misericórdia manifesta-se de modo mais concreto e vivencial¹³. Corroborar esse pensamento Emilio Aliaga Girbes que afirma:

A penitência administrada privadamente, no segredo do confessionário, contribui indiscutivelmente para inculcar a idéia de que o sacramento se funda numa relação individual entre Deus e o penitente, na qual este devia tender a seu aperfeiçoamento espiritual: tudo isto, inclusive, realizando-se graças à mediação do ministro, não tinha uma relação direta com a comunidade crente. De outra forma, sem deixar de negá-lo, o aspecto eclesial da penitência acabava sendo esquecido de fato, e não só por parte dos fiéis. Era a própria teologia que havia esquecido – mais exatamente, havia deixado na sombra – que a penitência é também reconciliação com a Igreja¹⁴.

A eclesialidade de tal sacramento se manifesta também no ministro da reconciliação, que atua em nome de Deus e da Igreja, e no poder das chaves dado à Igreja, pois ela recebe a missão de instrumento da reconciliação e de anunciadora da misericórdia divina à humanidade, de promover a misericórdia na pró-

¹³ O documento da CNBB sobre a pastoral da Penitência nos garante: “O convite de Deus e a resposta do homem devem acontecer e se expressar na vida e na reunião da comunidade, tornando-se assim visibilidade sacramental” (CNBB, *Pastoral da Penitência...*, p.26).

¹⁴ Cf. GIBES, E., in BORÓBIO, D. (Org.). *A celebração na Igreja*, vol. 2, Loyola: São Paulo, 1993, p. 362.

pria comunidade eclesial entre seus participantes. Como a misericórdia pode ser provada pelo ser humano, pelo fato de dá-la e recebê-la, compreendemos que se alcança o amor misericordioso de Deus, na medida em que a própria pessoa humana deixa-se transformar interiormente, voltando-se para o amor ao próximo (cf. *Mt* 5,7).

Como já afirmamos anteriormente, sobre a ação misericordiosa da Igreja na reconciliação sacramental, no amor misericordioso não há lugar para uma unilateralidade, porque ele é essencialmente criador e recíproco, existe um sujeito (amante) e o objeto (amado), onde ambos dão e recebem misericórdia (cf. *DM* 14). Assim, podemos dizer que, no segundo modo da celebração penitencial, temos a melhor forma de expressão da eclesialidade desse sacramento e também da experiência da misericórdia divina, pois ela é vivida já na própria celebração pelo fato de a comunidade estar reunida para pedir perdão e exaltar o amor de Deus, que ultrapassa os limites do pecado para a salvação do ser humano.

Um outro dado a considerar, como nos explica Emilio Aliaca Girbes, é a teologia renovada do sacramento da penitência, que apresenta a reconciliação com a comunidade como sinal eficaz da reconciliação do cristão que pecou gravemente, dentro de um processo de conversão¹⁵. Na história desse sacramento percebe-se, em alguns momentos, um maior acento na parte jurídica; entretanto, nos primórdios de sua celebração, enfatizava-se o encontro do penitente com o Mistério Pascal de Cristo, através da intervenção da comunidade. Além disso, em sua história, é

¹⁵ Acrescenta Emilio A. Girbes: “O equilíbrio da conversão e reconciliação do batizado-pecador deve ser entendido sem concessões a uma perspectiva unilateral individualista e privada, já que todo sacramento como toda atividade cultural da Igreja adquire seu particular significado como expressão da própria comunidade. E isto porque a fé é – ao mesmo tempo e necessariamente – uma realidade pessoal e comunitária” (cf. GIRBES, E.A., in BOROBIO, D., *A celebração na Igreja* . p. 393).

perceptível a presença ativa do espírito e do mistério do pecado na Igreja¹⁶.

Jesus, ao ensinar o caminho da reconciliação com o próximo, exalta a importância da participação da comunidade (cf. *Mt* 18,15-18). Ele apresenta três etapas a serem percorridas pelo cristão diante da atitude reconciliatória: a primeira requer um encontro somente entre as duas pessoas envolvidas no episódio. Caso não aconteça a reconciliação por causa da falta de perdão de uma das partes, segue a segunda etapa: toma-se mais uma ou duas pessoas que possam mediar a situação. Se, mesmo assim, não se der a reconciliação, pela recusa de uma das partes, deve-se comunicar o fato à comunidade como última instância. Se a recusa persistir por uma das partes, que esta seja tratada como um pagão ou um publicano, isto é, como alguém que não pertence à comunidade. A partir dessas palavras de Jesus, narradas por Mateus, percebemos a importância da comunidade na reconciliação e na partilha da misericórdia, pois neste caso citado, apresenta-se a comunidade como intercessora e como lugar da reconciliação. Podemos considerar sua atuação determinante no anúncio e na prática do perdão misericordioso. Quando se esgotam as possibilidades individuais de cada pessoa na reconciliação, aparece o papel dos cristãos como pessoas e também da comunidade para a experiência da misericórdia na reconciliação, pois, compreendendo a misericórdia, como algo que vai além do pecado, para restaurar a dignidade do pecador, concluímos que essa atitude da Igreja declara-a como sinal efetivo de reconciliação.

O ritual da penitência reconhece elementos que devem ser transparentes nas celebrações¹⁷: o encontro do penitente com o Mistério Pascal, através da intervenção da comunidade, sobrepondo-se à dimensão jurídica. Entendemos que a apresentação do Mistério Pascal deve ser feita como expressão máxima da mi-

¹⁶ Cf. GIRBES, E.A., in BOROBIO, D. *A celebração na Igreja...*, p. 393-395.

¹⁷ Cf. GIRBES, E.A., in BOROBIO, D. *A celebração na Igreja...*, p. 393-395.

sericórdia de Deus, pois assim estaremos superando o aspecto jurisdicional da reconciliação sacramental. Isso não significa a negação do aspecto jurídico, mas evitar colocá-lo como ponto principal na celebração. Outro elemento é a superação do individualismo excessivo acentuando a dimensão eclesial do pecado, da conversão e da reconciliação do penitente na Igreja. Portanto, precisamos salientar também a dimensão eclesial da misericórdia, da comunidade misericordiosa, que acolhe e se esforça por ajudar o penitente na sua reconciliação. A necessidade de ressaltar as relações sacramento-palavra e a fé numa dimensão litúrgica requer revelar nelas o amor misericordioso de Deus como promessa, palavra e sinal. Emilio A. Girbes ainda fala do aproveitamento das ciências antropológicas para compreender a dimensão pessoal do pecado e da conversão, e da dimensão histórica para superar o aspecto estático do pecado, sem relacioná-lo com a vida e a história concreta de cada dia. Nessas duas dimensões vemos como necessária a apresentação da misericórdia numa perspectiva científico-humana e presente nas relações do cotidiano.

A comunidade eclesial é o lugar, por excelência, para experimentarmos a misericórdia de Deus e recebermos o dom da reconciliação. Viver como reconciliado é fazer com que o rosto do Senhor resplandeça como luz na nossa existência e aspirar à comunhão plena com ele, amando-o sobre todas as coisas e com todas as nossas forças. O melhor caminho para encontrar Deus é amar o ser humano, em cujo rosto brilha a face do Criador, pois a experiência do amor divino faz o homem renascer para uma vida nova. A comunidade eclesial, com diversas formas de apostolado, pelas quais entra em contato com o ser humano, está chamada a oferecer esse encontro com o único Deus verdadeiro e com seu enviado, Jesus Cristo. O que a alma na realização disso é a convicção de que o amor ao próximo realiza-se pelo ato de querer o seu bem e praticá-lo verdadeiramente, com o testemunho de disponibilidade e experiência da bondade divina, revelando, com

força especial, a mediação humana da caridade fraterna. Isso nos leva a crer que oferecer a reconciliação ao ser humano é um ato de caridade e que perdoar é a mais alta manifestação da caridade divina¹⁸, pois o perdão reconcilia e inclui a pessoa na vida da graça, enquanto o pecado grave e o fechamento do coração a afastam e a excluem.

Com o dom da reconciliação, caminho para a paz, o ser humano vive a harmonia com Deus, com o próximo, consigo mesmo, com a criação e com a Igreja; por isso é urgente uma educação para a paz. A prática sacramental da penitência deve ser uma resposta a uma planificação pastoral que organize os critérios para a sua celebração, atendendo ao significado do tempo litúrgico e à realidade espiritual da comunidade. As celebrações penitenciais servem para educar os fiéis na consciência cristã do pecado, nos diversos aspectos da conversão e da reconciliação, e prepará-los para o sacramento da penitência

Concluimos que nessa forma celebrativa da penitência sacramental, os cristãos caídos em pecado grave, experimentam melhor a misericórdia divina em dois sentidos: o descendente ou vertical, da misericórdia que vem de Deus, dada à pessoa pela Igreja na comunidade eclesial; e o horizontal ou partilhado, no qual os participantes da comunidade vivem entre si o amor misericordioso, desde o momento da celebração penitencial, e estendendo-o na vida cristã. Por isso, sem diminuir ou menosprezar as outras formas de celebração propostas pelo ritual, temos esta como a mais significativa proposta, para a experiência da reconciliação misericordiosa, pois nela vivencia-se, com maior clareza, a relação da eclesialidade do sacramento com a misericórdia. Concluimos, assim, que a experiência mais significativa da misericórdia acontece plenamente no sacramento da reconciliação vivenciado na comunidade eclesial.

¹⁸ Cf. JOÃO PAULO II. *Reconciliación en la caridad*. Disponível em: <http://www.multimedios.org/docs/d000672/index.html>. Acesso em: 25.04.2006.